

14J PAÍS UNIDO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Docentes das Universidades Estaduais da Bahia garantem vitória e encerram greve

4 e 5

"Em relação à classe trabalhadora, o que o governo Bolsonaro reserva é o pior dos mundos", comenta Marcelo Badaró

14 e 15

64º CONAD é realizado em Brasília no mês de julho

16

Os seis meses que estão revertendo 40 anos!

Nos últimos seis meses o Brasil tem vivenciado uma das piores experiências políticas dos últimos 40 anos. A especificidade dos retrocessos desse período se faz sentir com tamanha intensidade pelo fato de a classe trabalhadora – e o setor da educação especificamente –, terem acumulado importantes conquistas nas últimas décadas.

Conquistamos, com a luta dos(as) trabalhadores(as), o direito à educação pública, gratuita e laica; conquistamos a visibilidade das desigualdades de gênero e raça, por meio de um conjunto de movimentos e ações que desvelaram o mito da democracia racial no Brasil e reconheceram o feminicídio como crime. Conquistamos e resistimos, com muita luta e muitas greves, para manter a educação pública superior embasada no tripé ensino-pesquisa-extensão, e estruturada a partir do funcionalismo público, algo já raro na maior parte dos países da América Latina. Conquistamos, na Constituição Federal de 1988, o tripé da seguridade social com políticas para saúde, assistência e Previdência social públicas.

O desmonte e os ataques, nesses seis meses de desgoverno, passam pela construção político-moral-econômica de que é necessário, para melhorar as condições de vida do país, combater, perseguir e invisibilizar todos(as) aqueles(as) que não coadunem com o projeto político da extrema direita, defendido pelo presidente da República,

Jair Bolsonaro, e seus asseclas. Ou seja, o diferente, o contraditório, a oposição não cabem nessa nova conjuntura. É por isso que atacam os setores da educação, perseguem professores(as), responsabilizam o funcionalismo público pelos problemas da economia e da Previdência, e tentam inviabilizar a própria existência de negros(as), mulheres, indígenas, LGBTQT, quilombolas e comunidades tradicionais.

As consequências do projeto da extrema direita, eleito como a opção de uma parte dos capitalistas, já se fazem sentir em nosso cotidiano. Observe-se o aumento da violência nas periferias; a intensificação dos feminicídios, tanto em quantidade quanto em crueldade; os profundos ataques à organização dos(as) trabalhadores(as), assim como a edição da Medida Provisória 873/19, que consiste em uma ofensiva contra os sindicatos; o contingenciamento de verbas na educação pública; a chantagem para aprovar a “(de) forma da Previdência”; a perseguição a professores(as) e funcionários(as) públicos(as); a limitação da já frágil democracia interna das instituições de ensino, com a ofensiva à autonomia universitária, e tantas outras medidas.

Mas, em meio a esse aparente caos, a classe trabalhadora e, em especial, o setor da educação, já começa a demonstrar sua disposição para lutar, reagir e resistir! Nossa resistência tem sido expressa na realização do III Encontro Nacional da Educação (III ENE), na organização do Fórum Sindical,

Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas em vários estados, na greve das universidades estaduais da Bahia e do Paraná, no relançamento da Frente Nacional Escola Sem Mordação, na construção de plenárias estaduais para organizar a luta, na resistência da CSP-Conlutas, pressionando para a construção da greve geral, nos lindos atos dos dias 15 e 30 de maio e na importante greve geral de 14 de junho, que mobilizou por todo o Brasil.

Nosso desafio é fazer das manifestações que se adensam uma ação unitária de mobilização nas ruas, de forma organizada, com direção, bandeiras e pautas em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Nossa tarefa é ampliar as mobilizações nos estados, organizando outros grandes dias de luta, de forma unitária, para prepararmos uma nova GREVE GERAL. Nosso desafio é mobilizar a comunidade acadêmica e o conjunto da população contra os cortes de verbas nas instituições públicas de ensino, que podem inviabilizar nosso funcionamento no segundo semestre de 2019. E, também, barrar a contrarreforma da Previdência.

Avante, professores(as). A hora é agora. Por nós, pela juventude e pelas futuras gerações, não é momento de tergiversar: ocupemos as ruas! Levemos a Universidade, os Institutos Federais e os Cefets para as praças! Ocupemos Brasília para barrar o fim da Previdência social pública!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Jayme Brener MTb 19.289

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Carlos Eduardo Batista, Jonathan Oliveira, José Maciel, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação // Apoio técnico: Beatriz Artigas

Frente Nacional Escola Sem Mordada lança novo site

O novo site da Frente Nacional Escola Sem Mordada está no ar desde o início de junho. Ele foi desenvolvido com o intuito de ajudar a comunidade escolar a se proteger contra perseguições, tentativas de censura e agressões.

Realizado na sede do ANDES-SN, em Brasília, o lançamento contou com a presença de outras entidades sindicais que compõem a Frente. “A construção deste site foi uma das atividades da Frente, que se rearticulou no segundo semestre de 2018, por ocasião da apresentação do PL 7180/15, que é o do Escola Sem Partido”, explica Raquel Dias Araújo, 1ª Tesoureira do ANDES-SN.

Raquel Araújo também destacou, entre as atividades promovidas pela Frente Nacional, o trabalho junto à Comissão Especial de Educação, da Câmara dos Deputados. Ao lado de parlamentares da oposição, a Frente Nacional conseguiu que o PL 7180/15, que tramitava em caráter definitivo, fosse aprovado. A Frente foi relançada em dezembro, em evento na Câmara Federal.

O novo site

O site foi pensado para ajudar comunidades escolares que estejam sob ameaça a se defenderem. Sua estrutura segue três eixos: 1) Iniciativas e ações norteadoras que podem ajudar a comunidade escolar a enfrentar casos de perseguições a professores, funcionários, alunos e pais; 2) Mapeamento de projetos de leis semelhantes ao Escola Sem Partido e 3) Materiais para *download*, bibliografia e notícias.

No primeiro eixo, o site oferece **Estratégias Político-Pedagógicas** e **Casos-modelo**. Entre as estratégias, o visitante encontra oito itens que o ajudarão a construir relações de confiança na comunidade escolar. Já em Casos-modelo, o usuário terá acesso a respostas para diferentes situações de agressão. São 11 experiências reais, vividas por membros da comunidade escolar, em diferentes regiões do país.

O conteúdo dos Casos-modelo e das Estratégias Político-Pedagógicas foi extraído da cartilha *Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas*, divulgada pelo ANDES-SN e por dezenas de outras entidades.

O site traz também um levantamento inédito dos projetos de leis semelhantes ao Escola Sem Partido em tramitação em todo o Brasil. A apuração vem sendo feita sob orientação do professor Fernando Penna, com graduandos da Universidade Federal Fluminense (UFF), e envolve projetos de leis, decretos e outras propostas legislativas em âmbito estadual e municipal.

O visitante do site conta, também, com um formulário para que profissionais em educação que estejam sendo alvo de perseguições e ameaças possam fazer as suas denúncias. “A ideia era criar uma relação mais dinâmica com as pessoas que precisam fazer denúncias, cujo anonimato será garantido. O formulário será então encaminhado à assessoria jurídica das entidades que compõem a Frente para dar tratamento à denúncia”, explica Raquel Araújo.

Os materiais que compõem a identidade visual, as cartilhas e o conjunto da produção gráfica da Frente Nacional Escola Sem

Mordada está disponível para download no website. O usuário também encontra uma ampla bibliografia sobre educação, democracia e liberdade de cátedra. Há ainda um espaço com o noticiário da Frente.

“Quadro assustador”

Fernando Penna, docente da UFF e integrante Frente Por uma Educação Democrática, afirma, ao apresentar no site o histórico da Frente Nacional Escola Sem Mordada, que os casos de perseguição a professores vêm se multiplicando no país. “O quadro é absolutamente assustador”, diz.

Penna vem percorrendo o país para debater o projeto Escola Sem Partido. “O projeto faz parte do discurso reacionário que ganhou a adesão de parte da população. E as pessoas que aderem a essas ideias estão indo às escolas para intimidar, ameaçar de morte, agredir fisicamente e verbalmente os professores”, conta.

Citando um estudo da OCDE, Penna diz que o Brasil está no topo da lista de casos de agressões contra professores. “Essa violência se intensificou ao longo do período eleitoral do ano passado e agora tem ganhado dimensões absurdamente assustadoras”.

Para o docente, uma das consequências dessa radicalização é que muitos professores vêm deixando de lado as discussões em sala de aula por medo. Segundo Penna, o fato de o novo site da Frente Nacional trazer um campo de denúncia permitirá um mapeamento mais preciso da campanha de ódio aos professores. “Será uma ferramenta importantíssima para que o professor peça ajuda e receba orientações”, explica.

ENTIDADES FALAM SOBRE O NOVO SITE

“A partir do relançamento da Frente, pensamos que era fundamental estabelecer alguns instrumentos que ajudassem na luta contra os projetos do Escola Sem Partido e contra o processo contínuo de ataques que esses setores organizam hoje nas universidades, institutos federais e nos Cefets. O site vai ser um desses instrumentos”
Cláudio Mendonça – ANDES-SN



“A Fasubra entende a necessidade de enfrentar o Escola Sem Partido. Esse enfrentamento vem desde 2016 e vamos continuar nessa luta. A importância que vem sendo dada ao lançamento do site reflete a relevância da comunicação. É oportuno valorizar uma comunicação que viabilize nossos planos de luta”
Mariana Lopes, Fasubra



“Quero destacar o site como um instrumento para a orientação, especialmente aos trabalhadores da educação. Assim como um espaço de acolhimento aos anseios desses trabalhadores diante das muitas violações que estão acontecendo. Temos muita coisa a fazer e não podemos esmorecer frente a tantas batalhas que estão colocadas”
Daniela Neves - CFESS



“Saúdo e parabeno o lançamento do novo site, que é uma ferramenta importante para enfrentar os ataques do famigerado projeto Escola Sem Partido. Parabeno a frente pelos trabalhos que vem desenvolvendo, destacando a solidariedade e o apoio a docentes, discentes, lutadores e lutadoras que estão sendo criminalizados por parlamentares e entidades de direita”
Tadeu Bello, Frente Baiana Escola Sem Mordada



Docentes das universidades estaduais da Bahia garantem vitórias e **encerram greve**



FONTE: ANDES

Após mais de 60 dias mobilizados, os docentes das quatro universidades estaduais da Bahia (Uefs, Uesc, Uneb e Uesb) encerraram greve no mês de junho, com vitórias. O movimento garantiu a criação de uma mesa permanente de negociação com o Governo do Estado, a realização de até 900 promoções de docentes neste ano e, também, a liberação de R\$ 36 milhões de orçamento para investimento nas universidades estaduais.

Há quatro anos, os docentes tentavam dialogar com o governador Rui Costa (PT), que não aceitava abrir negociações. Arrocho salarial, ataques à carreira e contingenciamento no orçamento das universidades eram alguns dos problemas enfrentados pelos docentes. Nesse período ocorreram paralisações, atos públicos, visitas aos gabinetes dos deputados na Assembleia Legislativa, intervenções em cerimônias oficiais, entre outras ações. Somente entre 2017 e 2018, a pauta de reivindicações foi protocolada cinco vezes, com solicitação de abertura das negociações.

No final de 2018, duas leis aprovadas pela Assembleia Legislativa atingiram, em cheio, os docentes. Uma delas alterou o Estatuto do Magistério

Superior, aumentando a carga horária de aulas dos docentes em regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva, o que prejudicou projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos nas quatro universidades. A outra lei, aprovada sob fortes protestos, aumentou a contribuição previdenciária dos servidores públicos – entre eles, os docentes –, de 12% para 14%.

Para Luiz Blume, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN, a greve se revelou uma das mais difíceis dos últimos anos e somente com a luta e a participação da comunidade acadêmica, na capital e no interior, foi possível garantir a vitória da categoria. “Não enfrentávamos há 20 anos um governo tão truculento como o de Rui Costa. Um governo que se recusava a negociar com o movimento em greve e, quando o fez, terceirizou a negociação por meio da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e do líder do governo. O governador, além de destratar o servidor público, atacou pessoalmente o movimento grevista, indo às emissoras de rádio e caluniando os professores. Por outro lado, tivemos muito apoio dos estudantes durante a greve, conseguimos espaço na mídia e expusemos a política de arrocho salarial, de cortes no orçamento e de ataque à autonomia financeira e didática das universidades”, disse.

Mobilizações e perseguição

Durante a greve, os docentes, em unidade com estudantes e funcionários técnico-administrativos, realizaram diversas mobilizações, incluindo intervenções nos portões das universidades, atos de rua, presença na mídia e acampamento em frente à Secretaria da Educação.

Como forma de intimidar o movimento grevista, o governador cortou os salários dos docentes depois de uma forte mobilização em Salvador, no dia 25 de abril, que reuniu milhares de pessoas. A medida não intimidou o movimento, que recebeu a solidariedade de docentes de todo o país. O ANDES-SN criou uma campanha nacional para ajudar financeiramente os docentes das universidades estaduais baianas (Ueba) e subsidiar as ações das seções sindicais.

Acampamento e repressão

No mês de junho, após serem impedidos de entrar no prédio para protocolar a pauta de reivindicações, docentes e estudantes acamparam em frente ao edifício da Secretaria de Estado da Educação, na capital. No dia seguinte, os manifestantes foram vítimas de repressão policial

ao tentarem se abrigar no saguão da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, diante de uma forte chuva que assolou Salvador. Um grupo conseguiu entrar no prédio e, após exaustiva negociação, se retirou do local com a promessa de um encontro com representantes do governo. A mobilização garantiu a reunião e, dias depois, foi marcado o fim da greve.

Mesa de negociação

Uma das principais conquistas do movimento grevista foi uma mesa permanente de negociação. As próximas reuniões com o governo devem ocorrer nos dias 10 e 31 de julho, com a possibilidade de discutir itens da pauta não atendidos, como a dedicação exclusiva e as progressões de níveis.

“Temos muita expectativa com a mesa permanente, ainda mais depois de quatro anos sem o governo receber a categoria. As seções sindicais estarão comprometidas e colocaremos em pauta alguns pontos que foram negados, de maneira intransigente, pelo governo durante a greve. Essa é uma nova oportunidade para a categoria ter as suas reivindicações debatidas”, disse André Uzeda, coordenador do Fórum das ADs, que agrega as seções sindicais do ANDES-SN nas quatro universidades.

Surpresa no contracheque

Mas os professores das Ueba tiveram uma surpresa negativa no mês de junho. Nos contracheques constam faltas referentes à greve, o que gerou descontos nos salários de dois mil docentes. Segundo André Uzeda, desde o término da greve, o Fórum das ADs segue pressionando o governo para que seja cumprido o acordo assinado com o movimento docente, que inclui o pagamento dos salários integrais de junho.

“De fato, a greve acabou. Mas a mobilização continua e a categoria precisa se reorganizar e se fortalecer para enfrentar os ataques em âmbito estadual e federal. O governo de Rui Costa é inimigo das universidades estaduais e a luta vai continuar, seja na mesa de negociação ou num futuro movimento paredista. O Fórum das Ads tem força para isso”, reforçou o coordenador do Fórum das ADs.

Confira os motivos que levaram os docentes das Ueba à greve:



1) Direitos trabalhistas não respeitados: A exemplo de promoções, progressões e alterações de regime de trabalho. Alguns aguardam há mais de dois anos para que possam progredir na carreira ou modificar seu regime de trabalho.



2) Recomposição da inflação: Os salários acumulam perdas que ultrapassam os 25%.



3) Arrocho salarial: Os docentes não têm aumento real em seus salários há seis anos. O último, conquistado em 2013, de 7% sobre o salário base, só foi conseguido após um forte processo de mobilização da categoria, que quase resultou em greve.



4) Alíquota previdenciária: Lei estadual aprovada no ano passado aumentou o percentual de contribuição previdenciária dos funcionários estaduais de 12% para 14%.



5) Alteração do Estatuto do Magistério Superior: A revogação do artigo 22 da Lei 8352/02, em 20 de dezembro de 2018, alterou a jornada dos docentes com Dedicção Exclusiva.



6) Planserv: Em dezembro do ano passado, por conta da aprovação da Lei 14.032/18, os repasses orçamentários do governo para o Planserv foram reduzidos em 50% (aproximadamente R\$ 200 milhões por ano).



7) Contingenciamento orçamentário: A média de contingenciamento para as quatro universidades no ano passado foi de 20%.



8) RH Bahia: O sistema criado este ano para gerenciar a folha de pagamento do estado visa a aumentar o controle do governo sobre o pagamento dos servidores. Além de ferir a autonomia das universidades, o programa apresenta vários problemas, como dificuldade de acesso, não pagamento de benefícios e até de salários.



9) Falta de autonomia: Problemas como os contingenciamentos e o RH Bahia causam indignação na categoria. Demonstram a alta interferência dos órgãos gestores do Estado e o ataque à autonomia universitária.

Corte em bolsas de pós-graduação atinge pesquisas nas mais diversas áreas



A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), órgão subordinado ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pelo fomento à pós-graduação no país, anunciou, no dia 04 de junho, um novo corte nas bolsas de pesquisa no país. De acordo com a Capes, a medida foi tomada com a intenção de cumprir o contingenciamento de R\$ 300 milhões estabelecidos pelo Governo Federal para o ano de 2019.

A determinação aponta que assim que os atuais bolsistas forem concluindo suas pesquisas, as bolsas deixarão de ser ofertadas. A decisão pegou de surpresa inúmeras Universidades, Institutos Federais e Cefets, espalhados pelo Brasil, que tiveram de suspender imediatamente programas de concessão de novas bolsas de pós graduação. Ao todo, 2.331 bolsas de mestrado, 335 de doutorado e 58 de pós-doutorado não receberão nenhum incentivo do órgão, afetando cerca de 330 programas.

Na avaliação de Cristine Hirsch Monteiro, 2ª vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCT) do ANDES-SN, sem recursos compatíveis para a manutenção e execução das bolsas de pesquisa, as consequências irão muito além do atraso nas pesquisas que já foram iniciadas. “As pesquisas que geram impacto social são realizadas dentro de entidades públicas, como Universidades, Institutos Federais e Cefets. Sem bolsas haverá uma baixa no número de estudantes de graduação e pós-graduação que se manterão em seus

cursos podendo, inclusive, abandonarem suas escolhas profissionais. As pesquisas serão suspensas e, conseqüentemente, seus produtos”, explica Hirsch.

O impacto dos cortes também comprometem, segundo Cristine, o desenvolvimento do tecido econômico do Brasil. “Sem ciência e tecnologia em nossas Universidades, restará ao país, como opção, importar produtos e tecnologias de outros países. Isso reduzirá a oferta de emprego e comprometerá não só a melhoria da qualidade de vida de nossa população, mas também a soberania nacional”, acrescenta.

Um levantamento divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo no último mês de junho, reforça a opinião da coordenadora do GTCT. De acordo com os dados mensurados pelo periódico, o Brasil está entre os 15 países com maior número de estudos científicos no mundo e tem cerca de 95% de suas pesquisas realizadas dentro de Universidades, Institutos Federais e Cefets, contrariando o argumento do governo Bolsonaro, que defende que ciências humanas são pouco relevantes para o desenvolvimento do país.

Reverter o cenário de desmonte da educação conduzido pelo atual governo ainda é possível, segundo Cristine. Para ela, primeiramente é necessário esclarecer à comunidade acadêmica e à população em geral o que significam esses cortes, haja vista que um país sem educação pública de qualidade, sem desenvolvimento de áreas como ciência e tecnologia e sem direitos adquiridos constitucionalmente permite uma maior

exploração do trabalhador e das riquezas, sem grandes retornos em contrapartida. “Em segundo lugar, é preciso a união entre estudantes, educadores, trabalhadores, trabalhadoras e população em geral; temos que ser resistência para barrar o avanço desse processo de desmonte da estrutura da educação e dos outros serviços públicos do nosso país. Por fim, é imprescindível pressionar a classe política a promover uma auditoria da dívida pública e uma reforma tributária, para reverter a EC 95/2016 e empregar os recursos públicos em benefício da população”, completa Cristine.

FILME REPETIDO

Esta foi a segunda contenção de bolsas anunciada pela Capes apenas neste ano. Um outro corte já havia sido anunciado pelo órgão durante a primeira quinzena de maio, ocasião em que a Capes informou que foram recolhidas as “bolsas ociosas”, que já estavam à disposição das Universidades, Institutos Federais e Cefets, mas ainda não haviam sido utilizadas.

Desse modo, as bolsas que constavam no sistema como disponíveis para serem implementadas, foram zeradas. Essas bolsas “ociosas” correspondiam aos alunos que acabaram de finalizar suas pesquisas e deveriam ser destinadas a novos pesquisadores.

Somado os consecutivos anúncios feitos pelo órgão, os cortes chegam a um total de 6.198 bolsas, somente em 2019.

Deputados criam **CPI** para **intervir** nas universidades estaduais de SP e RJ

Sob fortes protestos, CPI foi instaurada em São Paulo em abril. Já no Rio de Janeiro, comissão foi rejeitada



FONTE: CAROL JACOB E MARCO ANTONIO CARDILINO

Com a justificativa de investigar “irregularidades” na gestão das verbas públicas repassadas às universidades estaduais de São Paulo, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou, no final de abril, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A Comissão foi batizada CPI da Gestão das Universidades Públicas.

O objetivo da comissão, segundo o presidente da CPI, deputado Wellington Moura (PRB), é apurar gastos com professores e funcionários e um possível “aparelhamento da esquerda” nas universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (Unicamp) e Estadual Paulista (Unesp). A CPI também sinaliza a intenção de discutir mudanças no processo de escolha dos reitores e a possibilidade de cobrança de mensalidades. Wellington Moura, aliás, é autor de um Projeto de Lei que proíbe a “ideologia de gênero” nas escolas públicas e privadas de São Paulo.

Para Rodrigo Ricupero, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp – seção sindical do ANDES-SN), a criação da comissão foi uma iniciativa de parlamentares de extrema-direita. “O que temos visto nas sessões é um desconhecimento constrangedor dos deputados sobre o funcionamento de uma universidade pública. A CPI foi criada por parlamentares bolsonaristas e, nas discussões, surgiu outro grupo de deputados, os liberais, que defendem a cobrança de mensalidade nas universidades e parcerias com o setor privado, entre outros temas”, diz Ricupero. Ele observa, ainda, que há parlamentares que, atentos à repercussão do tema das

universidades públicas na mídia, têm utilizado a CPI para ganhar espaço e manter o cenário de polarização política. Para o presidente da Adusp SSInd., ainda é cedo para dizer qual será o desfecho da CPI. “Não está claro se a CPI será utilizada para algum ataque concreto ou se ficará apenas nas divagações ideológicas. Mas, de certa forma, esse ataque conseguiu unificar as universidades estaduais paulistas”, concluiu.

Desde a instauração da CPI já foram realizadas quatro sessões, uma delas com a presença de representantes do Tribunal de Contas do Estado e outras com os reitores da USP, Unesp e Unicamp. Nas audiências, os dirigentes têm sido questionados a respeito dos salários pagos a funcionários ativos e inativos das instituições.

Segundo Rodrigo Medina, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, a CPI das universidades paulistas tem sido discutida tanto nas reuniões da diretoria do Sindicato Nacional quanto nas reuniões entre a Regional e as seções sindicais. “Existe uma campanha aberta de descrédito dos serviços públicos. Esses têm sido equivocadamente responsabilizados pelo dito déficit das contas públicas, como se fossem os servidores privilegiados frente à classe trabalhadora. Em especial, os servidores da educação estão sendo gravemente atacados, sobretudo, porque as escolas e universidades sediam o pensamento crítico. Essa não é a primeira vez que esses espaços ficam na mira de poderes autoritários”, destacou.

Para enfrentar os ataques à autonomia das universidades, e possíveis outros ataques que ainda estão por vir, o diretor do ANDES-SN explica que é necessário acompanhar

as audiências da CPI e atos que ferem a educação pública, gratuita e de qualidade. “Temos que nos fazer presentes, organizando as seções sindicais para ações em conjunto e mostrarmos, por meio da solidariedade, que nós nutrimos e fomentamos uma maior capacidade de resistência”, pontuou.

Vitória no RJ

No início de junho, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) rejeitou a criação da CPI das Universidades Estaduais, em meio à intensa oposição da comunidade acadêmica. De autoria do deputado estadual Alexandre Knoploch (PSL), a proposta era considerada uma medida para perseguir e censurar, principalmente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os argumentos utilizados pelo autor e demais defensores da CPI foram desde “balbúrdia” até a acusação de tráfico de drogas nos espaços acadêmicos.

“Foi uma vitória importante e simbólica para a comunidade uerjiana, que acompanhou em peso a votação projeto. Docentes, técnicos e estudantes agiram em unidade e venceram essa etapa contra a bancada do PSL”, afirmou Rosineide Freitas, 1ª tesoureira da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN e docente da Uerj.

Produção científica nas IES

Cerca de 95% da produção científica brasileira provém de universidades públicas e de institutos de pesquisa federais ou estaduais. A três universidades públicas paulistas respondem por mais de 35% da produção científica nacional, segundo o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.

GREVE GERAL 14J: O Brasil a favor da educação e da aposentadoria

Milhares de brasileiros cruzaram os braços e disseram não aos cortes nas universidades e à reforma da Previdência



FONTE: DIVULGAÇÃO

O Brasil parou no dia 14 de junho de 2019. Rodoviárias totalmente vazias, empresas fechadas e as trabalhadoras e trabalhadores de braços cruzados. Sindicatos, movimentos sociais, estudantes e docentes estavam unidos com um único objetivo: Greve Geral.

Um dos pontos principais da greve geral foi combater a PEC 06/2019, a chamada reforma da Previdência, mas outros fatores ganharam força e tornaram-se determinantes para o movimento. Após duas grandes manifestações, nos dias 15 e 30 de maio, em defesa da educação e contra os cortes no orçamento de universidades, institutos e Cefets - além

de manifestações em alguns estados contra a reforma da previdência - a greve geral ganhou forma e adesão de diversas categorias.

Inicialmente, o 14J foi convocado como um dia de greve contra a reforma da Previdência. Mas com os sucessivos ataques do governo à educação, com cortes no orçamento das universidades, patrulhamento ostensivo das instituições de ensino, além de um discurso autoritário do governo para com os docentes, as pautas da educação ganharam foco no processo de construção da greve. O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) teve papel importante

na construção do 14 de junho, assim como em outras datas significativas, como as manifestações 15M e 30M.

Segundo o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, as mobilizações que ocorreram em maio fortaleceram os movimentos sindicais e deram suporte para que o 14J ocorresse. "Com o 15M e o 30M, o debate sobre a educação acabou sendo agregado ao dia 14 pelas entidades sindicais representativas do setor. Tanto para a educação como para a população, de um modo geral, o dia 14 foi um passo muito importante para o acúmulo de forças. Não só para a luta contra a reforma da Previdência, mas também em defesa da educação. Essas duas bandeiras têm caminhado juntas



desde maio e assim devem permanecer, porque este governo escolheu a política educacional como foco do seu ataque e ainda teremos muitos enfrentamentos. Mas essas experiências de mobilização e greve geral estão nos permitindo aglutinar forças e preparar-nos para desafios futuros”, afirma.

A greve geral do dia 14 ficou marcada por ser o primeiro grande movimento paredista desde a greve geral de 28 de abril de 2017. Foi, também, a primeira grande greve no governo de Jair Bolsonaro. Antonio reforça que as comparações entre os dois movimentos são válidas, porém eles refletiram conjunturas políticas e sociais muito distintas. “Tenho ouvido muitas comparações entre as duas mobilizações, mas em 2017 nós enfrentávamos um governo ilegítimo, impopular e sem apoio social. Agora estamos enfrentando um início de gestão que tem uma base popular, apesar de todos os desmandos e incoerências. A greve geral, mesmo sendo bastante irregular em todo o território nacional, já que em algumas cidades tivemos paralisações mais intensas e em outras, menos, merece uma avaliação muito positiva, diante da conjuntura. O 14J foi um primeiro

dia de greve geral e isso nos capacita em um patamar maior de organização para construir mais movimentos como este no futuro”, complementa.

Apesar da tensão logo nas primeiras horas do dia, devido a decisões judiciais que proibiam a greve em várias cidades, o 14J paralisou indústrias, transportes, serviços públicos e abrigou nas ruas das principais capitais do país atos contra a reforma da Previdência e contra o corte de recursos para a educação. A todo, 45 milhões de trabalhadores em todo o país foram atingidos direta e indiretamente pelo movimento. Das 12 refinarias do país, dez tiveram sua produção paralisada. Houve, também, atos e bloqueios de ruas e estradas em diversos estados e cidades.

No total, 26 estados, incluindo o Distrito Federal e mais de 300 cidades registraram demonstrações claras de que não aceitam a reforma da Previdência e nem os ataques do governo de Jair Bolsonaro à educação, na tentativa de desmontar o Estado brasileiro.

Antonio Gonçalves avalia, ainda, que a classe trabalhadora entendeu e acatou o chamado das centrais sindicais. “A classe trabalhadora atendeu o

chamado de parar as atividades naquele dia. Mesmo em locais onde os transportes funcionaram, a movimentação nas ruas foi pequena, sinal de que os trabalhadores e as trabalhadoras realmente pararam suas atividades Brasil a fora. A greve geral tem essa característica: paralisar as atividades, cruzar os braços. E isso foi feito”, destaca.

As greves são instrumentos históricos importantes na defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. É por meio delas que a classe trabalhadora pode expressar suas insatisfações em relação às condições de trabalho, remunerações, benefícios sociais e lutar pela manutenção dos direitos já adquiridos.

Por fim, o presidente do ANDES-SN acredita que o 14J também demonstrou a capacidade que a classe trabalhadora tem de fazer atos unitários. “Nossa avaliação, a partir da greve geral, é de que evoluímos na capacidade de construir atos. Foi um grande avanço. Várias entidades sindicais, sociais e de estudantes se reuniram, conseguiram planejar, dialogar e fazer diversas ações Brasil a fora. A greve geral se provou um movimento vitorioso”, conclui.

A trajetória de **luta contra a reforma** na Previdência



FONTE: DIVULGAÇÃO

Desde que a Seguridade Social, com o tripé Previdência, Saúde e Assistência Social, foi instituída na Constituição de 1988, já foram seis emendas que alteraram os direitos previdenciários: EC 3/93, EC 20/98, EC 41/03, EC 47/2005, EC 70/12 e a EC 88/15.

A reforma de FHC, EC 20/98, alterou todos os sistemas de previdência, tanto do setor público quanto privado. Entre outras medidas, substituiu o tempo de serviço por tempo de contribuição ao INSS e estabeleceu, ainda, idades e tempos de contribuição mínimos para aposentadoria: 48 anos de idade e 30 de contribuição para mulheres e 53 anos de idade e 35 de contribuição para os homens. Além disso, a emenda autorizou a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a limitarem a cobertura do Regime próprio de Previdência dos servidores públicos ao teto do Regime Geral da Previdência Social, desde que sejam instituídos fundos de pensão, o que precisaria ser regulamentado por lei complementar.

Cinco anos depois, Luís Inácio Lula da Silva deu continuidade à reforma de FHC. A EC 41/2003 concentrava os ataques nos servidores públicos. Os valores das aposentadorias e pensões dos servidores, por exemplo, deixaram de ser integrais e passaram a ser calculados com base nas médias de todas as remunerações. Instituiu-se, ainda, a cobrança de contribuição previdenciária (11%) dos servidores já aposentados, além da criação de teto e subteto salarial nas esferas federais, estaduais e municipais.

A EC 41/2003 também alterou a redação da EC 20/98, substituindo a exigência de Lei Complementar (maioria absoluta) para definir as normas gerais dos fundos de pensão, por Lei Ordinária (maioria simples). Determinou que os planos de benefícios dos fundos de pensão fossem somente na modalidade de Contribuição Definida.

A forte resistência das entidades nacionais de servidores públicos federais, entre as quais o ANDES-SN está incluído, foi fundamental e impediu as várias tentativas feitas nos governos de FHC e Lula para regulamentar este ponto da Emenda.

Porém, apesar da intensa luta dos servidores, a presidente Dilma Rousseff, contando com uma ampla base de apoio no Congresso Nacional, conseguiu aprovar, por maioria simples, o PL 1992/2007, que foi transformado na lei nº 12.618 de 30 de abril de 2012, que instituiu a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Em 2017, a mobilização de trabalhadoras e trabalhadores foi fundamental para barrar a proposta de contrarreforma da Previdência apresentada pelo presidente ilegítimo Michel Temer (MDB). Além de manifestações nos estados, movimentos sindicais, sociais e estudantis organizaram uma greve geral no dia 28 de abril de 2017, e o Ocupa Brasília, um grande protesto na Capital Federal que reuniu mais de 150 mil manifestantes, vindos de todas as partes do país, no dia 24 de maio do mesmo ano.

Embora os parlamentares tenham então recuado na votação daquela proposta, a ameaça aos direitos previdenciários

permaneceu. E tão logo venceu a eleição, o atual presidente, Jair Bolsonaro, anunciou a intenção de apresentar um novo projeto de desmonte da Seguridade Social.

De fato, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 foi apresentada à Câmara dos Deputados no dia 20 de fevereiro; a resistência aos ataques do novo governo à Previdência Social já vinha sendo articulada desde o início do ano.

OPINIÃO

Na avaliação de Sonia Meire, 2ª vice-presidente do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho em Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), o texto do relator aprofunda ainda mais a desigualdade e a insegurança em relação ao direito à aposentadoria, em especial das parcelas mais pobres da sociedade.

“Diante deste cenário de ataques, nos resta continuar a luta nas ruas contra a aprovação da reforma e intensificar a pressão junto aos parlamentares. Não queremos uma reforma dentro da reforma. O conteúdo da PEC 6/2019 não permite emendas ou alterações. A proposta, como um todo, não tem nada que atenda às necessidades dos trabalhadores e garanta o direito à Previdência pública e à Seguridade Social”, sintetiza Sonia Meire.

Os deputados iniciaram os debates sobre o substitutivo no dia 18 de junho, não terminado até o fechamento deste texto.

Confira a trajetória dessa luta em 2019

JANEIRO 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

No dia 15 de janeiro, as centrais sindicais brasileiras se reuniram em São Paulo (SP) e definiram um movimento unificado dos trabalhadores contra a Reforma da Previdência. A reunião ocorreu na sede do Dieese e teve a presença da CSP-Conlutas, CGTB, CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical e Nova Central, além de representantes de sindicatos e federações não filiados a centrais. Foi ainda acertada a realização de uma plenária unitária das centrais em defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria, no dia 20 de fevereiro, em São Paulo.

A partir de então as centrais começaram a organizar panfletagens, reuniões, plenárias, assembleias e atos de rua em várias cidades.

No dia 31 de janeiro, durante o 38º Congresso do ANDES-SN, os docentes aprovaram a participação na plenária das centrais e definiram que o Sindicato Nacional deveria pautar a necessidade de uma nova greve geral.

FEVEREIRO 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

No mesmo dia 20, em que Jair Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional o pacote de ataques à Seguridade Social, aconteceu a Assembleia da Classe Trabalhadora, reunindo mais de dez mil trabalhadoras e trabalhadores de várias partes do país, na Praça da Sé, no centro de São Paulo. Na pauta, a organização da luta contra a reforma da Previdência.

Documento aprovado pelas entidades sindicais convocava a realização de um Dia Nacional de Luta e Mobilização em defesa das aposentadorias e da Previdência. O mesmo documento definia que os dias 8 de Março – Dia Internacional da Mulher - e 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador – também seriam datas de mobilizações unificadas contra a reforma.

Lançamento do Fórum Sindical Popular e de Juventudes Por Direitos e Liberdades Democráticas.

MARÇO 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

Em 8 de março, mulheres de todo o país foram às ruas denunciar o aumento dos casos de feminicídio e os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, incluindo a proposta de mudança na Previdência. Essa foi a primeira grande manifestação opositora desde a eleição de Bolsonaro.

Enquanto as discussões em torno da admissibilidade da PEC 06/2019 aconteciam na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, movimentos sociais e sindicais intensificaram o diálogo com a população, distribuindo materiais que esclareciam os ataques contidos na proposta.

Em 22 de março, aconteceu o Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência, convocado de forma unitária pelas centrais sindicais. Em diversas cidades, trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas contra o ataque às aposentadorias e aos direitos previdenciários. Docentes de universidades federais, estaduais, municipais, dos institutos federais e Cefets se uniram à mobilização.

ABRIL 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

As centrais realizaram um novo ato unificado no centro de São Paulo, no dia 4 de abril. A atividade marcou o lançamento de um abaixo-assinado contra a reforma da Previdência. O formulário para coleta de assinaturas foi distribuído a entidades de todo o país, que montaram pontos em praças públicas, feiras, terminais de ônibus e metrô.

Apesar de toda a pressão exercida junto aos parlamentares, no dia 23 de abril, após oito horas de votação, a CCJ da Câmara votou pela admissibilidade da reforma da Previdência. Sob intensos protestos, o texto foi aprovado por 48 votos a favor e 18 contrários. A PEC 06/2019 seguiu, então, para análise da Comissão Especial da Câmara, instalada no dia 25. O deputado Marcelo Ramos (PR-AM) foi escolhido presidente da Comissão e o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), o relator da PEC.

MAIO 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

No Dia Internacional dos Trabalhadores, milhões de pessoas foram novamente às ruas em manifestações que tiveram como foco o combate ao desmonte da Previdência. Os atos também funcionaram como convocatória para a Greve Geral, em 14 de junho. O dia 1º de maio marcou, também, pela primeira vez, a unidade das centrais sindicais na celebração da data, com destaque para o ato em São Paulo, que reuniu mais de 200 mil pessoas.

Diante dos ataques à Educação Pública, no dia 15 de maio, o país assistiu à primeira greve nacional contra políticas do governo Bolsonaro. A Greve da Educação fechou escolas, institutos e universidades e levou às ruas professores, técnicos, estudantes e a população em geral. Houve manifestações em centenas de cidades de todos os estados brasileiros. Além da defesa da Educação Pública, a greve pautou a luta contra a reforma da Previdência.

Em 30 de maio, um novo Dia Nacional de Luta pela Educação teve lugar nas ruas do Brasil. Manifestações ocorreram em mais de 200 cidades. Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE), mais de dois milhões de pessoas participaram dos protestos contra os cortes de orçamento na educação e contra a Reforma da Previdência.

JUNHO 2019

DOM
SEG
TER
QUA
QUI
SEX
SAB

Um dia antes da Greve Geral, realizada em 14 de junho, o deputado Samuel Moreira apresentou seu relatório e o substitutivo à PEC 06/2019. Embora tenha retirado alguns dos ataques contidos no texto original, as alterações apresentadas no novo texto foram insuficientes.

1bi não anula o desmonte da educação pública

A oposição e o governo entraram em acordo para aprovar, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, projeto que libera verba extra de R\$ 248,9 bilhões para o Executivo Federal. A condição acordada é de que, desse total, R\$ 1 bilhão seja repassado para a educação. Mas embora se trate de um valor significativo, ele não anula o ataque ao ensino público, que continua precarizado e com 30% das verbas de despesas discricionárias bloqueadas.

O Projeto de Lei 4/19 autoriza o Governo Federal a realizar operações de crédito com verba extra para pagar despesas com aposentadorias, Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos e deficientes de baixa renda, Bolsa Família e o Plano Safra, além da educação. A proposta foi aprovada unanimemente por 450 deputados federais e 61 senadores.

A manobra constitucional permite que o governo descumpra a “regra de ouro”, norma que proíbe o aumento do endividamento para pagar despesas correntes, como salários, benefícios sociais e manutenção de órgãos públicos. Caso o Governo Federal buscasse levantar os recursos sem a autorização prévia do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro correria risco de ser enquadrado no crime de responsabilidade fiscal, abrindo margem para um eventual pedido de impeachment.

Segundo Ricardo Behr, segundo vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN e membro do Grupo de Trabalho Verbas, o repasse de um 1 bi não é suficiente para o custeio e a manutenção do ensino até o final do ano letivo, já que as universidades contavam com uma verba maior. “A precarização já vinha acontecendo em

outros governos. Os pagamentos estavam atrasados e a segurança nos campi, reduzida pela falta de verbas. Estamos trabalhando no vermelho há muito tempo e esse corte fere ainda mais o Ensino Superior público. A verba de um bilhão de reais não será suficiente nem para pagar os custos ainda em aberto desde o início do ano até agora”, assegura.

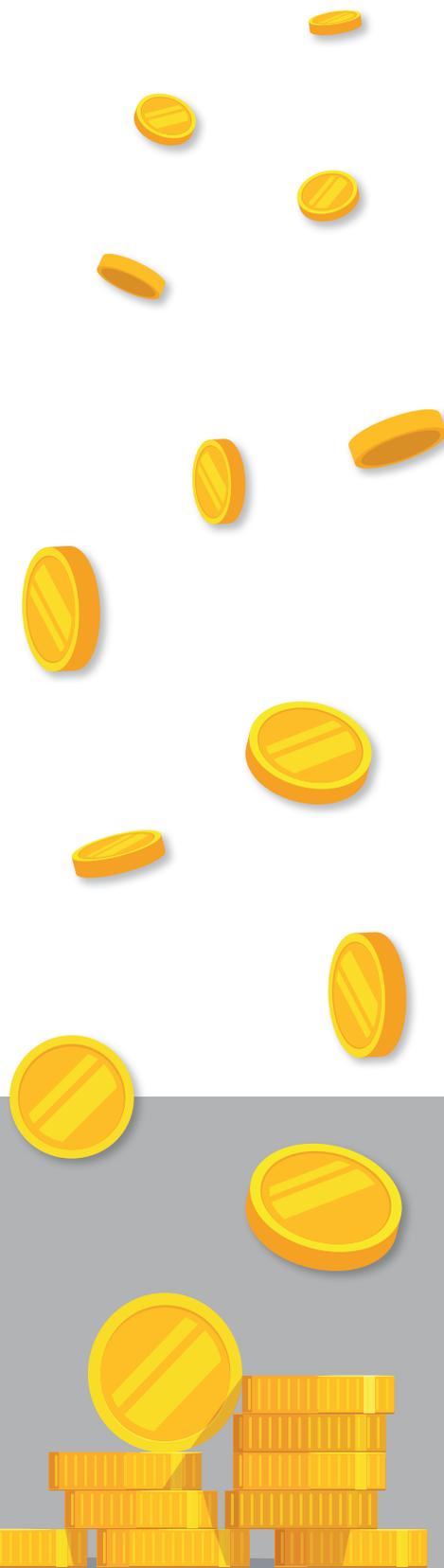
O processo de fragilização das Instituições de Ensino Superior vem se espalhando pelo país. Ainda de acordo com Behr, são cortes que comprometem profundamente a prestação de serviços públicos para a população, além de contribuir com o processo de mercantilização e privatização da educação. Para se ter uma ideia, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com campus em Cuiabá, poderá ficar em breve sem energia elétrica. A instituição já foi até notificada pela concessionária de energia do estado.

O orçamento, o corte e o repasse

O orçamento aprovado para todas as 63 universidades federais em 2019 seria de R\$ 49,62 bilhões. Desse total, o pagamento de salários (despesas de pessoal) consumiria R\$ 42,3 bilhões, o que representa 85,34%. Já as despesas discricionárias representavam R\$ 6,9 bilhões do orçamento (13,83%). Os outros R\$ 400 milhões (0,83%) estariam garantidos por emendas parlamentares.

Em março, o Ministério da Educação (MEC) anunciou um corte de 30% no repasse para despesas de custeio e investimentos às universidades e institutos federais de todo o Brasil. “O impacto gerou

paralisações de atividades e, em algumas instituições, a suspensão dos pagamentos de funcionários terceirizados. Os efeitos disso ainda influenciam, em grande medida, o pagamento de contas como água, energia elétrica, limpeza e aquisição de materiais” afirma o segundo vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN.



O QUE É O PLN 4/19

No início de junho, antes de o PLN 4/19 ser aprovado em plenário, a proposta passou pela CMO, onde foi gerado um acordo, com o Poder Executivo se comprometendo a:

- Liberar para a educação R\$ 1 bilhão dos recursos atualmente cortados;
- Destinar R\$ 1 bilhão ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida;
- Destinar R\$ 550 milhões para as obras de transposição do Rio São Francisco;
- Liberar R\$ 330 milhões para bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Dia Internacional do Orgulho LGBT

Em decisão congressual, ANDES-SN inclui o dia 28 de junho no calendário de lutas do movimento docente

Há 50 anos, frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova York (EUA), deram um basta às constantes batidas policiais no local. No dia 28 de junho de 1969, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTT) resistiram a mais uma ação repressiva do Estado e organizaram barricadas por seis dias consecutivos. Naquela época, “atos homossexuais”, assim descritos, eram ilegais em quase todos os estados norte-americanos. Conhecido como a Revolta de Stonewall, o movimento marcou definitivamente a história de luta gerou o Dia Internacional do Orgulho LGBTT.

De acordo com Caroline Lima, coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, o levante ocorrido no bar marcou o descontentamento de uma população que vivia marginalizada, violentada e reduzida a guetos. Além disso, a revolta foi impulsionada pelo momento de efervescência política e cultural no país e no mundo. “Não era um

momento qualquer; estavam acontecendo nos Estados Unidos e em outras partes do mundo movimentos sociais muito fortes, debates sobre a liberdade sexual, o movimento feminista e isso começou a ocupar a universidade no que tange a o respeito à diversidade. Isso porque a universidade deve ser um espaço diverso e de diálogo”, pontua Caroline.

Um ano antes, em Paris, ocorreu o Maio de 1968, com protestos iniciados por estudantes insatisfeitos com o sistema educacional francês e que, depois, mobilizaram milhões de trabalhadores.

Diante do combate incessante pela garantia dos direitos LGBTT, a diretora do Sindicato Nacional destacou a importância do ANDES-SN ter incluído neste ano, durante o 38º Congresso da entidade, o dia 28 junho no calendário de lutas dos docentes das instituições municipais, estaduais e federais de ensino. “Nesta conjuntura em que a universidade é chamada de espaço de ‘balbúrdia’, pautar um dia nacional de combate à LGBTTfobia nas universidades, institutos e Cefets é uma forma de dizer que não vamos

tolerar nesses espaços a discriminação, o machismo e o racismo, que são elementos estruturais do capitalismo”, disse.

Números da violência

No Brasil, a cada 20 horas uma pessoa LGBTT é assassinada ou se suicida em decorrência da LGBTTfobia. Dados divulgados no início do ano pelo Grupo Gay da Bahia informam que 420 mortes – por homicídio ou suicídio decorrente da discriminação – de integrantes da população homoafetiva e transexual foram registradas em 2018. O relatório Mortes Violentas da População LGBTT no Brasil mostrou que os homens gays são os mais atingidos, com 39% das vítimas. Travestis e transgêneros estão em segundo lugar, respondendo por 36%. Logo depois vêm as mulheres lésbicas (12%) e bissexuais (2%).

Em decorrência dos inúmeros casos de homicídio e da omissão do Congresso Nacional, ao não editar uma lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu, recentemente, a criminalização da LGBTTfobia, equiparando-a ao crime de racismo.



“Governo Bolsonaro é o pior para a classe trabalhadora”, assegura Marcelo Badaró



FONTE: HÉTOR LOPES

Quando um Presidente da República toma posse e assume também a expectativa da população em perceber um melhor futuro político-econômico no país, é comum que a sociedade em geral faça avaliação dos seus primeiros dias de governo. Isso tem relação, obviamente, com o aspecto fundamental do cargo: este Presidente conseguirá resolver os problemas que afligem diretamente os trabalhadores e trabalhadoras? Haverá atenção e trabalho dedicado à educação, saúde, geração de emprego, diminuição da violência, defesa da natureza? Como o novo governo responderá?

Buscando respostas a essas perguntas, milhares de brasileiros deram seus votos para um governo que, além de não apresentar nenhuma proposta concreta para resolver os problemas que atingem o conjunto da classe trabalhadora, traz um presidente que utiliza o cargo para perseguir movimentos sociais, partidos de esquerda, dirigentes sindicais e opositores. A comunicação do governo com os cidadãos acontece muitas vezes pelas mídias sociais, é sempre rancorosa e comumente baseada em Fake News, propagando intolerância às mulheres, população LGBTT, negros(as), indígenas e insultando jornalistas e figuras públicas que questionem suas medidas.

A agenda de governo é pautada em subtrair direitos já conquistados, como é o caso da reforma da previdência; atacar direitos incipientes de indígenas e quilombolas, que ainda lutam por políticas públicas de defesa territorial e outras; tentativas de controle dos corpos femininos, como proibir a realização do aborto nos casos já estabelecidos pela atual constituição; e assumir postura de servilismo ao imperialismo estadunidense.

Em dados reais, Jair Bolsonaro é o presidente com a pior avaliação durante os seis primeiros meses de mandato, desde Fernando Collor de Melo. O percentual de reprovação do atual chefe do Executivo Nacional saltou de 11% para 32% durante os 180 primeiros dias deste ano, de acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)/Ibope. A pesquisa apontou, ainda, índices inéditos de arrependimento. O levantamento também revelou quais os pontos de insatisfação dos brasileiros com o atual governo. O desmonte da Educação é um dos líderes de desaprovação popular: o percentual dos que desaprovam medidas como o corte ou contingenciamento avançou dez pontos percentuais, subindo de 44% para 54%. Combate a Taxa de juros (59%), Redução de Impostos (61%), Saúde (56%) e Combate

ao Desemprego (54%) foram outras áreas mencionadas pelos brasileiros para justificar a desconfiança em Bolsonaro e seus aliados.

A verdade é que o atual presidente foi eleito por um bom número de trabalhadores, mesmo considerando que muitos deles possam ter sido convencidos por notícias falsas, correntes nas mídias sociais ou, até mesmo, por estarem desiludidos pelas experiências de governos de conciliação de classe. É claro, porém, que a candidatura do capitão foi urdida e incentivada por apoiadores detentores da agenda neoliberal, agronegócio, indústria armamentista e empresários em geral. Portanto, não é de surpreender que o governo avance nos ataques à classe trabalhadora e privilegie facilitar a vida de quem o elegeu, lutando pela reforma previdenciária, pela liberação do porte de armas, liberação maior para uso de agrotóxicos, preparando o terreno para privatizações e fim de restrições em áreas preservadas, e ataques à nossa soberania, como a entrega do Centro de Lançamento de Alcântara aos EUA.

Avaliação

Na análise do doutor em História Social Marcelo Badaró, setores da classe trabalhadora votaram em Bolsonaro

motivados por algumas das propostas que ele apresentou, como pela ideia do combate à violência com mais violência. “Trabalhadores que votaram no Bolsonaro não são a favor da reforma da previdência, por exemplo. Quem mais se identificou com essa proposta foi um setor chamado de classe média tradicional, que inclui assalariados médios, pequenos empresários, a pequena burguesia proprietária de pequenos negócios tradicionais e novos setores que se identificam como empreendedores de médio porte ou coisa do tipo”, pontua Badaró.

Segundo Badaró, a base social mais estável alimenta o bolsonarismo pois se identifica com suas propostas à medida em que se vê ameaçada de proletarização com a crise econômica. “Esse grupo que se vê ameaçado no poder cotidiano é uma parcela masculina, branca, de renda média da população que teme a ascensão do movimento de mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras das periferias, negros e negras; que sente a ameaça de perder os monopólios do que era exclusividade da classe média no Brasil tradicional, como o acesso à universidade, os empregos mais qualificados, o poder de compra de bens de consumo duráveis. Eu acredito que a ideologia de fundo do bolsonarismo é alimentada pelo sentimento de ameaça, o medo da perda dos ‘privilégios’ dessa classe média. Precisamos entender as ligações disso com o senso comum que tem penetração na classe trabalhadora e a gente tem que enfrentar isso, desconstruir esses discursos e construir alternativas nesses setores”, reforça o pesquisador.

Classe trabalhadora

“Em relação à classe trabalhadora, o que o governo Bolsonaro reserva é o pior dos mundos. Ele explicitou isso quando disse que ‘ou os trabalhadores aceitam empregos sem direitos ou o que resta é o desemprego’. Esta foi a proposta apresentada na campanha eleitoral e muito claramente é o centro da pauta deste governo e dos setores que o apoiam, completa ou parcialmente, junto ao grande capital, aos meios de comunicação. Esta pauta é a reforma da previdência, não apenas o roubo futuro dos trabalhadores, mas acoplada a medidas que retiram direitos trabalhistas de forma imediata. Estamos vendo um desmonte de direitos de proporções devastadoras. Nós vivemos isso nos anos 90 de forma progressiva, não deixamos de viver isto no início do século XXI, embora talvez em uma escala menos acelerada. Mas o que está colocado agora é uma ameaça devastadora para os direitos da classe trabalhadora”, conclui Badaró.

SEIS MESES EM SEIS DADOS

MPs e decretos foram editados na gestão

- De 1º de janeiro até a data de fechamento deste jornal, foram assinados 237 decretos, média de 1,3 por dia. Desde a promulgação da Constituição, o governo Bolsonaro só fez menos decretos que o Collor, que entre março e setembro de 1990, assinou um total de 351 decretos.

- Bolsonaro sofreu derrotas no Congresso e no Supremo Tribunal Federal. Estes barraram total ou parcialmente iniciativas consideradas importantes do governo, como os decretos que flexibilizam o acesso à arma de fogo ou a transferência da demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, por medida provisória. Outros decretos acabaram também sofrendo derrotas, como no caso da restrição à Lei de Acesso à Informação.

Queda e substituições de Ministros

- Três ministros foram demitidos. São eles: Gustavo Bebianno, da Secretaria-Geral da Presidência, em fevereiro. Ricardo Veléz, da Educação, em abril e o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, em junho.

- Neste período, mais de trinta funcionários do segundo escalão caíram.

Escândalos

- **Ministro do Turismo:** Marcelo Álvaro Antônio, está envolvido no caso das supostas candidaturas laranjas do PSL, um esquema investigado pela Polícia Federal. O assessor especial do ministro foi preso no final de junho.

- **Caso Queiroz:** O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) divulgou um relatório com movimentações financeiras incompatíveis com o patrimônio de Fabrício José Carlos Queiroz, ex-assessor parlamentar de Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República. Na época das movimentações, Queiroz exercia as funções de motorista e segurança do político. As transações suspeitas incluem até um cheque de 24 mil reais para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

- **Caso Marielle Franco:** Em março, Ronnie Lessa, sargento reformado da PM-RJ, e Élcio Queiroz, ex-policia militar, foram presos apontados como os executores da vereadora Marielle Franco. Lessa mora a poucos metros da casa do presidente da República, onde foram encontrados 117 fuzis. O próprio delegado das investigações admitiu que a filha de Lessa chegou a namorar Renan Bolsonaro, filho mais novo do presidente.

Crises

- **Disputa interna:** Parte das demissões envolve uma forte disputa entre militares e olavistas - seguidores do guru do Governo, Olavo de Carvalho.

- **Tensões:** Com as tensões entre Executivo e Legislativo, a Câmara segue tocando suas próprias pautas, independente do governo. No final de março, por exemplo, o Legislativo

aprovou a PEC do orçamento impositivo, em mais uma demonstração de força política.

- **Reprovação mundial:** Noruega rejeita mudanças no Fundo Amazônia, criado em 2008, para arrecadar recursos de países desenvolvidos para prevenir, monitorar e combater o desmatamento. Alemanha reteve uma doação de 35 milhões de euros (cerca de R\$ 150 milhões) ao Brasil.

Ataques

- **Cortes de verbas na Educação e Ciência:** O contingenciamento de R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019 afetou em cheio pastas como Educação, Ciência e Tecnologia com cortes de R\$ 5,8 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. Os cortes inviabilizam o funcionamento de instituições de ensino e prejudicam duramente os programas de pós-graduação do país. Com a justificativa de “balbúrdia”, o MEC anunciou corte de 30% no orçamento das Universidades, Institutos Federais e Cefets.

- **Reforma da Previdência:** A Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 6/19 é considerada o maior dos ataques à classe trabalhadora brasileira. A PEC, entre outras medidas, ataca os servidores públicos, limitando valores de aposentadoria e impondo pesadas regras de transição.

- **Arrecadação sindical:** Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 873, alterando as regras para a arrecadação da sindicalização voluntária dos trabalhadores. A MP perdeu a validade no dia 28 de junho. Assim, a cobrança sindical volta a ser descontada diretamente na folha de pagamento.

Concurso público

- Outro decreto é o de nº 9.739, que estabelece critérios mais rígidos para as regras de autorização de concursos públicos federais. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, também não está prevista a realização de concursos públicos.

- **Cortes de cargos e funções:** Bolsonaro também editou um decreto que exclui gratificações para exercício de funções de gestão. Já foram extintos 119 cargos de direção em Instituições de ensino federais. Ao todo, serão extintos 13.710 cargos da educação. São 13.332 em Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação e 378 em instituições vinculadas ao Ministério da Defesa.

Reprovação

- Dados divulgados no dia 27 de junho, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), apontam que o percentual de desaprovação do governo é maior que o de aprovação, chegando a 32%. A avaliação positiva caiu três pontos percentuais de abril para junho. Já a avaliação negativa, de ruim ou péssimo, subiu de 27% para 32% no mesmo período.

64º Conad é realizado em Brasília



**64º
CONAD**

Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas!



ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

ADUnB
Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
Seção Sindical do ANDES-SN

BRASÍLIA - DF | 11 A 14 DE JULHO | 2019
CENTRO CULTURAL DA ADUnB

Em meio a profundos ataques à Educação pública e aos direitos sociais, em especial à Previdência Social, a Capital Federal será sede do 64º Conad do ANDES-SN. O evento, que tem como tema central "Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas", acontece de 11 a 14 de julho.

Durante os quatro dias, docentes de todo o país discutirão a conjuntura para atualizar os planos de lutas gerais e dos setores do ANDES-SN, aprovados no 38º Congresso. O Conad – Conselho do ANDES-SN – tem como funções: deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso, lhe forem atribuídas; implementar o cumprimento das deliberações do Congresso; regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso; exercer as funções de conselho fiscal do Sindicato Nacional; decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria; convocar, extraordinariamente, o Congresso; apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de

advertência e suspensão aplicadas às sindicalizadas e aos sindicalizados do ANDES-SN; criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; alterar a contribuição financeira dos sindicalizados e das sindicalizadas, ad referendum do Congresso subsequente; e homologar a constituição das Seções Sindicais, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do Congresso subsequente.

Estará na pauta, ainda, a reação da categoria docente aos recentes ataques contra a Educação pública, como o corte no orçamento nas instituições federais de ensino superior, e a ofensiva contra a autonomia e a liberdade acadêmica na educação superior. Erlando Rêses, 3º tesoureiro da entidade e membro da comissão organizadora do evento, afirma que o 64º Conad permitirá avaliar a atuação do Sindicato Nacional no primeiro semestre. "No Conad, costumamos atualizar o plano de lutas, analisamos os avanços no que o nosso congresso

apontou, além de fazer o balanço financeiro da entidade. No plano de lutas que definimos, que tem a ver com o combate à contrarreforma da Previdência e pelos direitos e garantias democráticas, nós, de fato, avançamos nesse primeiro semestre", afirma.

O diretor do ANDES-SN destaca a ampla unidade constituída desde o início do ano entre o movimento sindical, popular e estudantil. Ele cita como exemplos a formação do Fórum Sindical, Popular e da Juventude por direitos e liberdades democráticas e a organização das atividades que marcaram o 8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres –, o 15 e o 30 de maio – datas de mobilização em defesa da educação pública –, e também a Greve Geral, realizada em 14 de junho.

"Nós tivemos uma ampla participação no contexto político de enfrentamento a esse governo, apesar dos intensos ataques, que realmente se agudizaram nesse período. Portanto, o Conad vem em um momento bom para avaliarmos como foi a nossa articulação até o momento, frente ao governo Bolsonaro e aos ataques à educação pública e à organização sindical", acrescenta.

Adunb sedia o evento

A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb - Seção Sindical do ANDES-SN) será a sede deste Conad. A seção sindical, localizada dentro da UnB, conta com auditório próprio para mais de 500 pessoas.

Cláudio Lorenzo, secretário-geral da Adunb SSind., ressalta a importância de sediar a atividade. "Estamos muito felizes em poder receber os companheiros das seções sindicais de todo o Brasil, nesse momento muito importante. Sobretudo porque estamos no centro do país, onde vêm ocorrendo os ataques. Et a UnB, inclusive, é um dos focos da ofensiva do governo Bolsonaro", comenta.

A Capital Federal já foi palco de diversos Congressos e Conads do Sindicato Nacional. Em 2015, a cidade sediou o 34º Congresso do ANDES-SN e o 7º Conad Extraordinário. Antes disso, Brasília recebeu dois congressos, em 1995 e em 2008, e ainda três Conads nos anos de 2000, 2001 e 2004.